

TRABALHO E EDUCAÇÃO

UM DESAFIO COMPROMETIDO*

Iracy Silva Picanço **

Não se constitui em tarefa fácil tomar a temática trabalho e educação tendo em vista a proposição de rumos para um plano de educação numa realidade social como a que vivemos. E, em particular, para a realidade educacional baiana nesta conjuntura.

É certo que o tema tomou ares de moda no seio dos educadores, fato este comum entre nós para outros temas e em diferentes conjunturas. Quase sempre, nas últimas décadas e em determinados períodos, um tema toma conta das discussões na área para em seguida cair no esquecimento. Mas, ainda que com o risco da moda, entendo que o problema da articulação entre trabalho e educação tem um lugar de dominância quando se procura caminhos para direcionar ou induzir os investimentos e ações no campo educacional. Em tempos mais recentes e certos foros, a temática tem tomado contornos apaixonantes, por demais politizados, e muitas vezes sem bases reais, analíticas ou programáticas, o que poderá prejudicar o aprofundamento necessário sobre a questão.

* Trabalho realizado como subsídio à elaboração do Plano Decenal de Educação para a Bahia, Salvador, junho de 1990.

** Professora Adjunta da Faculdade de Educação da UFBA.

A crítica inicial ao caráter profissionalizante que domina na reforma do ensino brasileiro de 1971 conduziu à formulação de duas orientações básicas que permitiram, numa delas, o avanço consistente na apreensão da complexidade para o domínio dos nexos entre trabalho e educação, mais especificamente entre processo produtivo e a escola ou ensino. A uma outra compreensão, por seu caráter funcionalista, não foi possível ir além da crítica superficial. A limitação posta ao “não deu certo” pela simples ausência de meios para uma “eficiente” implantação do ensino profissional não permitiu que esta orientação chegasse a um novo termo ou proposta, além do lamento em relação à perda da velha escola anterior à Reforma do Ensino.

Por outro lado, as críticas à natureza reprodutora dos processos educativos, evidenciadas em muitos trabalhos de intelectuais brasileiros, conduziram a sérios riscos esterilizantes em relação à necessidade de adentrar-se na compreensão mais profunda do lugar desses processos na sociedade contemporânea e, em particular, na formação social brasileira nesta sua etapa histórica. No entanto, a negação do que ficou qualificado como “reprodutivismo” produziu uma perspectiva que pretendeu negar a realidade da necessária reprodução da força de trabalho como processo inerente à permanência de um certo modo de reproduzir e suas conseqüências numa dada formação social.

Nos anos setenta, as discussões em torno do modo mais conveniente para a compreensão do lugar dos processos educativos na formação da força de trabalho ou, para alguns, da formação do trabalhador na sociedade brasileira, a partir da complexidade com que passou a se revestir esta formação social, em acentuado processo de urbanização e industrialização, fizeram emergir uma nova categoria que, no âmbito das economias centrais, já vinha se constituindo

num elemento no plano explicativo capaz de induzir à compreensão de muitas das questões que se encontram em aberto ou sem respostas, ou seja, à mercê de explicações.

Trabalhos como os de GORZ e BRAVERMAN, entre outros, fizeram com que a categoria TRABALHO viesse a ocupar lugar de destaque como perspectiva teórica, na busca de resposta para o entendimento do significado dos processos educativos para as diversas instâncias (grupos sociais, classes, camadas, etc.) que, na dinâmica social, punham em disputa seus interesses. No Brasil, algumas iniciativas no âmbito da pesquisa foram inovadoras no modo de abordar a questão. Podem ser citados VELOSO, FRIGOTTO, KUENZER e MACHADO entre outros. Destacando-se ARROYO com uma pergunta, sempre constante, em torno de que “educação” interessa às camadas trabalhadoras.

É patente a complexidade para introduzir-se a categoria trabalho no plano explicativo dos processos educativos. Seu conceito muitas vezes tomado de modo abstrato, ou até em seu sentido “bíblico”, dificultou por longo tempo o correto encaminhamento dos estudos nesta ótica. Foi a partir de uma certa complexidade para avanço nesta orientação que o grupo de trabalho - Trabalho e Educação, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - colocou para discussão a seguinte pergunta, com vistas a uma mais correta abordagem da temática: sobre que trabalho se fala? Ao mesmo tempo, no âmbito do CNPq, um seminário sobre o tema se propôs trabalhar concretamente a questão e, nesse encontro, procurou-se estabelecer como na sociedade brasileira se deve pôr a questão do trabalho em relação às várias formas e processos educacionais.

Creio que é nesta última direção que o tema poderá ser tratado com vistas a um plano educacional e é neste sentido que me proponho discutir a questão.

Numa primeira ordem de entendimento, parto do princípio de que a reforma do ensino de 1971 em nada foi disfuncional para a realização dos interesses das classes hegemônicas na sociedade brasileira. Isto porque, na perspectiva do Brasil “potência” (o que na prática elevou o país à condição de oitava economia industrial do mundo capitalista e maior produtor de grãos da América Latina além de tornar-se um país urbanizado), a reforma do ensino de 1971, combinada com a expansão da escolarização ocorrida, permitiu, no que concerne à contribuição da escola, o preparo de uma força de trabalho que se constituiu em base para este novo patamar urbano-industrial que alcançou a sociedade brasileira. Embora “desqualificada” no seu conteúdo e resultados, em relação àquela melhor escola (ensino) das classes médias e altas do período agrário exportador, a nova escola profissionalizante, agora com a presença dos filhos das classes trabalhadoras até no nível de 2º grau, introduziu o trabalho no ensino; preponderantemente, de forma apenas figurada, pois sem oficinas ativas, sem laboratórios, etc., mas com trabalho incorporado ao cotidiano da vida escolar, mesmo que de modo nominal e basicamente nas cidades. Pelo menos nos títulos dos cursos: Análises Clínicas, Nutrição, Secretariado, etc., ainda estamos dependentes de pesquisas e estudos mais aprofundados para que se estabeleça a real contribuição desta “nova escola” para formação do “novo trabalhador coletivo” que se tornou ocupante de um lugar social com as características necessárias a esta nova etapa da sociedade brasileira que teve como centro a expansão da produção industrial e a modernização das técnicas de produzir no campo, sob a égide do capital internacional.

Numa perspectiva mais recente, outros elementos vieram sendo introduzidos neste campo temático e passaram a dominar as análises na procura de saídas para a nova

face que apresentam as sociedades industriais capitalistas com o ritmo acelerado de modernização impresso pelo avanço tecnológico (microeletrônica, robotização, etc.) e a introdução da informática no processo produtivo e no cotidiano da vida social e outros processos correlatos. Sob o espectro da tecnologia e seu avanço em todos os setores e faces da vida social, a discussão sobre a problemática da escola e do trabalho passa a se mover, embora de modo ainda algo incipiente.

No entanto, a partir da tecnologia não há, também, uma unanimidade de compreensão. De um lado estão os arautos do apocalipse em torno da força da tecnologia sobre a vida social e deste ponto de vista se considera que, como tendência, está no horizonte o desaparecimento do homem (trabalho humano) no processo produtivo, substituído pelo trabalho morto (a máquina). Ou, numa outra perspectiva, nesta mesma orientação da tecnologia, esta é tida como redentora, isto porque constitui o tempo livre (a hora do pensar no lazer ou no ócio), pois sobrarão braços substituídos pela automação e pelos *robots*. No âmbito do nosso país, estas questões ainda estão muito pouco exploradas, praticamente só agora passa a estar na cena esta discussão.

Algumas outras iniciativas têm sido tomadas para conhecimento e domínio do impacto das novas tecnologias através de pesquisas empíricas, em setores específicos da produção, nas quais as perguntas estão em torno do lugar do homem nestas modernas formas de produzir, e por consequência quais as exigências para sua formação. Algumas constatações evidenciam a obsolência das velhas qualificações inerentes aos processos produtivos que tinham como base o taylorismo e o fordismo. A adaptação do homem às novas exigências que estão na base da própria natureza do trabalho e das formas de produzir parecem indicar a necessidade de profundas mudanças no modo de conceber a

própria formação e qualificação do trabalhador. Toda a discussão em torno da desqualificação do trabalhador, da polivalência como requisito para sua competência e sobre a escolaridade como exigência para o exercício dos novos postos de trabalho ganha nova dimensão quando no plano explicativo se toma a tecnologia como centro.

Ainda num outro plano, e na perspectiva de um alinhamento de natureza mais teórico-ideológica, tem sido recuperado o pensamento marxiano para colocar-se no centro da discussão e do norteamento para as lutas educacionais a bandeira da politecnicidade, esta como a “chave” frente a um modelo de capitalismo que tem na especialização sua marca. Quase sempre nesta orientação, os elementos de um novo quadro, a chamada revolução tecnológica, não são considerados e os riscos de palavras de ordem vazias parecem grandes, isto pela ausência de incorporação das condições atuais da produção que, de fato, parecem proporcionar uma realidade que se distingue da produção nos fins do século passado. Num outro sentido, esta orientação, ao retomar Marx para propor a formação politécnica como a via de interesse para formação do trabalhador, não tem considerado, na profundidade e extensão necessárias, a concepção de processo produtivo tal como repetidamente exposta por aquele pensador. O processo produtivo, como entendido, implica na produção propriamente dita, troca, distribuição e consumo. A formação politécnica implica, portanto, no conhecimento das etapas que compõem este processo, além de elementos outros que se encontram na base de seu entendimento, ou seja, a concepção de homem integral (omnilateral), a dissociação entre trabalho físico (manual) e intelectual e as bases científicas da moderna produção.

Num esforço para defender a proposta da educação sob a ótica da politecnicidade, Saviani (1982, p.16) estabelece que

“a noção de politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Diz respeito aos fundamentos dos diferentes princípios, determinados fundamentos e a formação politécnica deve garantir o domínio desses princípios, desses fundamentos”.

Sob esta ótica o que se busca é a superação de uma certa perplexidade quanto à proposição no âmbito da educação que se debate entre o “ensino geral” e o “ensino profissional” numa sociedade na qual a propriedade dos meios de produção conduziu a uma profunda separação entre a concepção e a execução, enfim, entre o pensar e o fazer.

Diante de tais aspectos, a tendência que se observa, quanto às crescentes necessidades de modernização no que diz respeito ao trabalhador, parece ser a de uma dupla exigência - a desqualificação e a polivalência. Estas condicionadas pela natureza mesma das mudanças nos processos de trabalho, as quais, atuando contraditoriamente, implicam em exigências quanto a conhecimentos, habilidades e escolaridade desses trabalhadores em níveis até então não concebidos.

Contudo, compreendendo a sociedade como um todo, sabe-se que os processos produtivos que se realizam no seu interior não se modificam uniformemente; combinam-se formas avançadas com formas atrasadas de produção. Alguns setores modernizam-se aceleradamente e incorporam novos elementos e exigências quanto à força de trabalho ou ao trabalhador coletivo necessários à sua prática. Enquanto isso outros setores menos modernizados permanecem com requisitos concernentes ao estágio tecnológico

que lhes são inerentes. Esta constatação, também, põe ao sistema escolar a tarefa seletiva, se não pela seleção dos indivíduos, pelo menos impondo sua diferenciação interna. Cumprir este caráter selecionador tem levado na prática este sistema a debater-se entre, por exemplo, profissionalizar ou não e ao debate entre o ensino de caráter geral ou especializado, além do acesso à escola, à expulsão desta e à chance de manutenção até os mais elevados graus do ensino.

Em meio a uma forte dose de incerteza quanto aos rumos ou direções numa ordem mais geral e, especialmente, na conjuntura, é certo que fica muitas vezes difícil a proposição, sobretudo porque no centro está a questão: sobre que bases propor?

Esta questão de ordem geral, no entanto, não elimina a natureza da realidade social com a qual nos defrontamos historicamente e cuja peculiaridade é a de conter no seu interior interesses socialmente estabelecidos e por serem diversos, muitas vezes, ou quase sempre, defrontam-se ou se encontram em conflitos.

Assim, assumindo uma das direções, a dos interesses concretos daqueles em condições de subalternidade, isto é, os do “trabalho”, nesta sociedade e na Bahia em particular, alguns aspectos na direção de proposições parecem claros, no que se refere à educação escolar. Nesta perspectiva evidencia-se uma direção para que sejam definidas metas e escolha de ações que possam proporcionar meios ou condições para que tais metas sejam efetivamente alcançadas. Esta direção estaria voltada para três aspectos básicos: a extensão de uma escola (ou escolarização básica) a ser alcançada por todas as crianças, adolescentes e jovens; a realização de uma educação integral que permita o desenvolvimento das esferas ou planos como o intelectual,

o físico, o científico, o histórico e artístico; a formação para o trabalho.

Quanto a esta última, é evidente que não se trata de formar para o mercado de trabalho. Isto por motivos que não se limitam apenas ao caráter predatório deste mercado em relação ao homem trabalhador, mas também por sua própria condição de complexidade neste estágio de nossa formação social.

A questão do trabalho, por sua vez, também não é algo adstrito apenas às etapas mais avançadas da escolaridade (ensino médio e superior, por exemplo), isto porque, em condições como as que vivenciamos, é, basicamente, o nível de ensino fundamental aquele por onde passa a grande massa de trabalhadores e das crianças e jovens que vão constituir a população economicamente ativa da sociedade. E na maioria das vezes apenas passam por este nível.

Quanto às formas, no patamar inicial da escolaridade (os oito primeiros anos), é matéria que está diretamente vinculada ao plano das práticas educativas no interior dos processos educacionais. No âmbito do ensino médio há que se estabelecer uma estrutura que permita articulação clara entre ensino de caráter geral, profissional e técnico.

Tomar o trabalho como princípio educativo poderá se constituir em caminho para viabilização no âmbito do trabalho e aí adentra-se a temática, também no fazer escolar, e neste os atores principais deverão ser os educadores, os quais, não podemos esquecer, também devem ser educados como bem lembrou Marx.

Entendo que podem ser variadas as maneiras pelas quais o trabalho se faz presente na educação escolar, de onde, em verdade, nunca esteve ausente. Todavia, na direção apontada, o que se pretende é tornar esta presença, no possível, um instrumento da subalternidade, ao menos

permitindo ao trabalhador que na disputa por um posto de trabalho ele possa se apresentar em condições de competição. Isto porque as transformações que se operam no âmbito dos processos produtivos estão seguramente refletidas em qualificação na força de trabalho em termos de conhecimento, habilidade e escolaridade dos trabalhadores, fato este que, com uma simples consulta a anúncios de empregos, pode ser constatado.

A consciência deste processo não está ausente do trabalhador real, o qual, a seu modo, assim se expressa quando instigado:

*“A tecnologia vai abrindo emprego para uns e cortando para outros e quem tiver **estudado** (o grifo é nosso) para operar estes novos equipamentos pode ter proveito. O resto vai ficar naquela: ou na roça ou de ambulante” (Entrevista com operário da produção citada em Carvalho, 1989).*

Se a ampliação dos requisitos de conhecimento formal, capacidade de abstração e resolução de problemas parece ser a direção impressa nas exigências das condições dominantes no processo produtivo hoje, parece também certo que podemos generalizar o que afirma Gianotti (1990, c.5):

“A qualificação para o trabalho é dever de todo cidadão, já que nasce em um universo fracionado pela tecnologia e por um mercado de trabalho que demanda qualificações especiais. Obter essa qualificação é direito de todos e condição para o funcionamento das instituições democráticas”.

Enfim, ou por conclusão, e invertendo, se é direito e dever, nada mais justo que, na perspectiva de uma contribui-

ção orientada para interesses e horizontes mais amplos, defenda que do ponto de vista da escola (a escolarização ou um plano educacional), comprometida com algo diferenciado do historicamente vivenciado, não há que se perseguir, nesta conjuntura, o retorno à escola propedêutica. Ao contrário, o trabalho, nas várias formas, conteúdos e processos, há que estar na escola, pois se bem equacionado, quem sabe, venha a se tornar num instrumento para o trabalhador. Apesar de toda esta tentativa de contribuição, creio que ainda permanece a ser levantada uma questão previamente posta a todo empreendimento da natureza de um plano educacional, que é: educar (escolarizar) para quê? Esta, somente no esforço combinado dos vários interessados no plano, é que, me parece, poderá ser devidamente equacionada.

Na base da resposta a esta questão estão variados condicionantes do processo histórico vivenciado por nossa formação social, entre estes, no que concerne à articulação entre trabalho e educação, o fato de que o homem social é um homem total. E, ademais, que, em relação à produção, este homem é ao mesmo tempo, como faces várias de uma mesma moeda, produtor e consumidor de bens por sua vez também materiais e simbólicos. E diante disso encontra-se o processo escolar para desempenhar suas tarefas essenciais.

Ao buscar respostas é necessário que se tenha claro, como nos adverte Manacorda (1969), que nas condições de hoje a ciência se encontra coordenada aos modos de produzir que não têm limites e que são cada vez mais amplos e de tendências universais, convertida de ciência para conhecer em ciência para operar, e de ciência para classificar em ciência para modificar e criar.

Este mesmo autor chama atenção para o significado de que

“a eletrônica, os mecanismos de controle e automação, estes símbolos da era dos calculadores, as investigações aeroespaciais, a petroquímica e as matérias plásticas, com a conseqüente revolução dos materiais, a bioquímica e suas intervenções na medicina e na agricultura constituem todo um mundo novo de conhecimento e de disponibilidades por parte do homem” (1969).

A educação defronta-se, pois, com

“uma nova necessidade de especializações e, em geral, uma nova coordenação do saber, de nova conexão entre o saber e o fazer, que muda a vida do homem e exige homens novos”.

Fica evidente, portanto, que, à luz destes acontecimentos que hoje já atingem o homem brasileiro e, no particular, sua educação, uma escola em moldes diferenciados das velhas estruturas educacionais torna-se uma exigência, o que significa profunda renovação. Tudo isto, por conseqüência, é também parte do desafio comprometido a ser enfrentado para o planejar da educação baiana se não para o imediato, ao menos no planejamento contido como horizonte a ser perseguido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CASTRO, Ramon Pena. *Formação de recursos humanos e organização do processo de trabalho*. 1989. (Mimeo)
2. CARVALHO, Ruy de Castro. *Tecnologia e trabalho industrial*. São Paulo, L & PM, 1989.
3. GIANOTTI, José Arthur. *Brasil tem máquina universitária congelada*. Folha de São Paulo, São Paulo, 23 mar. 1990, c. 5.
4. SAVIANNI, Dermeval. *Sobre a concepção de politecnia*. Rio de Janeiro:Ministério da Saúde; Fundação Osvaldo Cruz, 1989.
5. MANACORDA, Mário. *Marx e a pedagogia moderna*. Barcelona: Oikostan Ediciones, 1969.